



EDUCAR OS EXCLUÍDOS: A EDUCAÇÃO PRISIONAL COMO FERRAMENTA PARA RESSOCIALIZAÇÃO

Autor (1): Rafaela da Silva Castro Barros¹

Universidade Estadual da Paraíba

rafaelabarros26081996@gmail.com

Co-autor (1): Túlio Carlos Silva Antunes

tulio_antuneees@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba

Co-autor (2): Maria da Vitória Gomes Costa

Universidade Estadual da Paraíba

mvitoriagomes@gmail.com

Orientadora (4): Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Universidade Estadual da Paraíba

cristina-aragão21@hotmail.com

Resumo

A educação inclusiva é um tema muito caro quando estamos falando em educar para a dignidade humana. Entretanto é comum quando se toca neste tema os olhares se voltarem para as questões que se dizem respeito à educação para crianças e adolescente portadora de alguma deficiência, porém este é um tema que abarcar diversas particularidades como, por exemplo, a educação carcerária que será trabalhada em nosso artigo. Está estabelecida na Declaração dos Direitos Humanos que a educação é direito de todos. Mas e quando pesamos e realidade adversas como a educação em unidades prisionais? O problema irá para além do uso de currículos atualizados ou livros didáticos adequados, a própria garantia deste direito essencial a dignidade

¹ Graduanda em licenciatura em história pela Universidade Estadual da Paraíba e integrando na condição de monitora do projeto de extensão pro-enem (Campos Avançado) veiculado a UEPB.



humana já parece uma grande desafio. Por outro lado, pensemos o papel do ensino de história no processo de ressocialização dos indivíduos encarcerados, tendo em vista que esta é uma disciplina caracterizada por ter a responsabilidade por formar cidadão críticos conscientes dos seus direitos e deveres construídos historicamente. Entretanto até que ponto, pode-se falar em e principalmente inclusão quando o público alvo está privado de seu direito a liberdade? Para responder alguns de nossos questionamentos e através da experiência no ensino carcerário, proporcionado pela participação do projeto de extensão veiculado a Universidade Estadual da Paraíba o Pro-Enem, e por meio da análise participativa, foi possível perceber algumas respostas que alunas encarceradas tinham para nos oferecer, que aliado ao conhecimento teórico acerca do ensino de história no ensino médio permitiu-nos chegarmos a algumas conclusões. Assim a educação carcerária mesmo que enfrentando ainda muitas dificuldades representa a verdadeira ferramenta de ressocialização de sujeitos errantes que hoje se encontram privados da liberdade, mas que se durante o tempo que passassem nas prisões estivessem submetidos a “Boa escola”, e não a escola do crime, a reincidência ou a inserção destes indivíduos em sociedade tornar-se-ia muito mais favorecida.

PALAVRAS CHAVES: Educação Carcerária, inclusão e Direitos Humanos.

Introdução

Muito se discute acerca da chamada educação inclusiva de extrema importância quando pensamos a necessidade do exercício de educar para o convívio social. Para além do convívio social se voltarmos nossos olhos para as concepções educativas da filosofia grega antiga, é possível ainda perceber o exercício educativo como mecanismo para o deleite humano, pela qual os gregos acreditavam que somente através da razão/educação o homem poderia atingir a Eudaimonia, felicidade dos sábios.

Percebendo a importância da educação, pensemos como a educação pode representar uma importante ferramenta de ressocialização dos criminalizados que se encontram em prisões superlotadas, deixando a passos lentos mais fundamentais, de serem escolas do crime para se tornarem escolas de cidadãos. Passando pela questão do ensino de história como disciplina formadora de opiniões e principalmente cidadania, com destaque para as visões acerca dos direitos humanos na sociedade, não deixando de fazer uma ponte com a educação fora dos muros dos presídios.



METODOLOGIA

Para produzir este artigo fazemos usos além da pesquisa bibliográfica que nos permitiu possuir um aparato teórico necessário para discutir algumas questões de direitos humanos como o direito a dignidade humana e principalmente a relação do ensino de história como disciplina essencial na formação da cidadania aliado a educação carcerária como ferramenta de ressocialização; a Análise Participativa a qual foi possível graças a minha participação no projeto de extensão veiculado a Universidade Estadual da Paraíba Pro-Enem Campus Avançado. Na condição de professora da educação carcerária veiculada ao projeto acima citado, foi possível através de observações e conversações realizadas durante cinco meses (março a agosto de 2016) de participação no projeto, chegar aos resultados expostos no presente trabalho.

INCLUIR OS SOCIALMENTE EXCLUÍDOS

Os principais temas discutidos atualmente quando falamos em educação giram em torno da inclusão de pessoas com deficiência no processo educativo regular, entretanto por mais nobre que seja esta discussão este não será o nosso foco no presente trabalho. Educação é um direito de todos, assegurado pela constituição brasileira e defendido pela Declaração Internacional dos Direitos Humanos, como mais um dos direitos fundamentais para a manutenção da dignidade humana. Porém, como bem sabemos muitas realidades ainda permanecem distantes deste ideal construído e divulgado pelo mundo, em que a pessoa humana somente por sua existência já teria assegurado todos os seus direitos que lhe são conferidos. Quando pensamos em realidades sociais em que a manutenção do “Pão de Cada dia”, ainda permanece no centro das preocupações familiares, as questões acerca da educação e consequentemente da formação cidadã, se apresenta como um horizonte muito distante, que nas concepções dos indivíduos inseridos nesta realidade, muitas vezes não será passível de serem alcançados.

E para tanto, em meio a todo esse cenário que em visões rápidas já podem representar extremamente problemáticos, pensemos a condição das comunidades carcerárias no Brasil e também no mundo. Quais as possibilidades educativas existentes em ambientes em que os indivíduos ali colocados foram privados de sua liberdade? Seria a educação com pretensões formadoras de cidadania o remédio para acalmar o grande mal recolhido da sociedade e depositado



nas prisões mal planejadas e superlotadas das realidades brasileiras? Estes são alguns questionamentos que nos fazem refletir até que ponto a inclusão na educação pode ser falada quando estamos tratando dos “excluídos socialmente”.

Como já sabemos os problemas com segurança pública no Brasil parecer só aumenta a cada dia, entretanto apesar de um problema social tão sério soluções dificilmente são encontradas (Se é que são buscadas). Diariamente novas prisões são efetuadas e os indivíduos detidos são dirigidos para salas já lotadas das unidades prisionais mais próximas. Entretanto, diferente do objetivo almejado pela constituição brasileira que seria o de ressocializar os detidos para que eles voltem à sociedade, o resultado na grande maioria das vezes passa longe disto. Por falta de políticas públicas que realmente se preocupem com a recuperação social dos detentos, as prisões se tornam e são vistas pela sociedade como verdadeiras escolas do crime. Mas para além destas problemáticas já muito conhecidas socialmente, não poderíamos deixar de discutir investidas que vem sendo feitas no campo da educação carcerária e principalmente os impactos que estas atividades podem proporcionar na realidade das prisões, fazendo uso das lentes para o ensino de história que é caracterizado pela disciplina formadora de opiniões e consequentemente cidadãos criticamente aptos ao respeito do lugar do outro não somente na história, mas na vida em comunidade, e do qual faço parte.

EDUCAÇÃO PRISIONAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Desde o seu surgimento as prisões possuem o objetivo que de corrigir as práticas delinquentes para que eles se tornem aptos novamente a viverem em sociedade deixando seus antigos hábitos criminosos, como escreveu a historiadora Michelle Perrot em sua obra publicada em 1988 *Os Excluídos da História*, em que a autora discute as condições e práticas sociais e econômicas de indivíduos que viveram por volta do século XIX e ainda permaneciam fora da historiografia por serem historicamente marginais, os operários, mulheres e prisioneiros.

Feita para punir, mas também para reintegrar os delinquentes à sociedade, “corrigir os costumes dos detentos, a fim de que seu retorno a liberdade não seja uma desgraça nem para sociedade, nem para eles mesmos”, a prisão acaba por excluí-los.(Perrot, 2010, p.236)

Assim pensemos o ensino de história margeando a realidade das prisões atuais, como recuperador destes “Excluídos”. Sendo historiadora não poderia deixar de citar a questão do ensino de história no tocante a formação de indivíduos sociais. O ensino de história como já foi citado acima tem um grande papel na formação de indivíduos socialmente críticos capazes de





reconhecerem seus direitos, mas também os seus deveres ambos construídos historicamente. Entretanto, quando falamos de história pensamos-a somente direcionada ao um público determinado da rede regular de ensino. Assim o ensino de história pode ser considerado o exercício constate de rememoração das transformações do ser humano na natureza e de suas relações com os outros homens, exercício este que é direcionado, de início, a um público que se encontra em uma faixa etária um tanto quanto complicada em que os estudos podem representar algo distante e obrigatório já que estando constantemente evitando as regras no ambiente escolar, para respeitar o lugar do outro, são submetidas a tais. Diante de tantos desafios o docente estará submetido todos os dias a criar novas metodologias de ensino que permita a consolidação do conhecimento por ele passado.

Entretanto não poderíamos deixar de frisar que além dos conteúdos históricos a serem trabalhados considerados universais, aqueles que devem ser ensinados em todas as regiões do Brasil, os Parâmetros curriculares Nacionais ainda traz em sua resolução, quando trata de ensino de história a necessidade e o espaço que deverá ser dedicado ao estudo da história regional, da história local.

Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existiram no mesmo espaço.

Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais "evoluídos" ou "atrasados".(Parâmetros curriculares nacionais, 1997)

Além das histórias regionais outros temas são direcionados a educação que são os chamados temas transversais, que em seu planejamento devem ser inserido no cotidiano da sala de aula ao longo da aplicação da matéria, e assim trabalhado por diversas disciplinas como vai ser o caso dos "Direitos Humanos". Os direitos humanos vai ser um tema que ganha visibilidades e discursões internacionais pós Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade perceber o nível de crueldade que as ações do homem podem chegar, através dos efeitos das bombas nucleares que arraram duas importantes cidade Japonesa ou ainda nas barbáries do Holocausto. Assim com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, este vai ser mais um dos temas a serem trabalhados nas salas de aulas brasileiras no pós-guerra e que vai ocupar mais um lugar entre os temas transversais.

Outro componente é a condição de assegurar direitos às pessoas e estabelecer obrigações ao Estado, protegendo os interesses mais fundamentais do ser humano, como: a vida, a dignidade, a liberdade entre outros direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais. Isso decorre da positivação dos



direitos humanos, tanto no âmbito do direito internacional, quanto do direito interno da cada país. (Silva, 2012, p.24)

Mas ao tocarmos na questão dos direitos humanos não poderíamos afirmar que se trata somente de uma declaração universal, que busca garantir direito à pessoa humana universalmente independente de sua nacionalidade, com a pretensão de se evitar as barbáries como às até então vistas. Quando falamos de direitos humanos estamos falando de “Dignidade Humana”, assim antes de ser caracterizado como cidadão o homem dever ser identificado como portador de direitos, direitos à vida, o direito de ir e vim, direito à moradia, enfim a condições lhes são de direito pelo fato de pertencer a raça humana. E é para a garantia desta dignidade humana que se discutiu e estabeleceu a chamada, mas não muito conhecida como devidamente se constitui, a declaração universal dos direitos humanos.

Se voltarmos nossos olhos para os direitos humanos no Brasil será possível perceber popularmente uma visão sobre os direitos humanos como algo que somente serve para a “proteção de bandidos”, mas não poderia deixar de buscar a historicidade deste fato. A Declaração dos Direitos humanos é estabelecida internacionalmente em 1948, no Brasil tínhamos saído a somente três anos de um regime ditatorial sob comando de Getúlio Vargas que se perdurou por quinze anos (1930-1945), mas a presidência brasileira voltaria novamente em 1964 como os militares no poder.

Até este momento na história brasileira somente a população pobre é que se encontrava nas prisões, entretanto com o golpe militar teve início a uma época de grandes números de prisões políticas e a partir deste momento a classe média também estava sendo levadas para aqueles recintos que antes eram somente destinados aos pobres. Ao chegarem às prisões essa nova classe social irá se deparar com condições verdadeiramente sub-humanas, que iam contra quaisquer direitos garantidos pela declaração de 1948. E ao saírem destes lugares sensibilizados com as condições vividas dos que ainda permaneciam presos, estes começaram a lutar por melhores condições de vida para os detentos, não que os condenados devessem ser isentos de suas penas, mas que aos menos fossem garantidos os mínimos direitos para condição humana.

E devido à falta de conhecimento da historicidade das lutas sociais pelos direitos a dignidade humana para todos, afirmações como a já citada acima são tão frequentes quando falamos em direitos humanos no Brasil. Assim, sabendo que quando falamos de educação estamos falando também da sociedade como um todo, já que vai ser no seio da escola que foram e serão formados os cidadãos que constituem esta, partimos para o ensino de direitos humanos na escola e em particular



no ensino médio, que irá atender um público mais maduro capaz de entender a complexidade das questões que cercam este assunto.

Mas diante de tantos assuntos já estabelecidos nos currículos escolares como inserir mais um tema para discussão? Em que espaço e/ou momento da formação escolar os direitos humanos entraria no ensino fundamental e médio? Estes são questionamentos normais quando paramos para refletir pelos olhos de quem percebe o ensino de direitos humanos como mais uma disciplina a ser inserida na grande curricular do alunado, entretanto os direitos humanos a ser ensinados não foi pensado desta forma, mas assim como outros temas caros a formação cidadão, foi planejado para ser ensinado como mais um tema transversal, que irá fazer partes dos assuntos nas salas de aulas, seja elas de história, matemática, filosofia ou ciência, que irão proporcionar discussões como a preservação do meio ambiente, o respeito a diversidade, o direito a vida, entre outros fazendo parte dos conteúdos já estabelecidos. Os direitos humanos devem ser ensinados por ter o objetivo de

a) Formar sujeitos de direitos; b) impulsionar o processo de empoderamento a de favorecer a participação ativa das sociedades democráticas; c) desenvolver processos de construção de sociedades democráticas e humanas, entre os quais se encontra o eixo da educação para o 'nunca mais'. (Candau apud Monteiro Silva e Tavares, 2008, p.289-90)

Assim, ficam bem visíveis como às questões de direitos humanos são essenciais socialmente, mas e quanto ao ensino prisional e o direito a educação como parte da dignidade humana, levando em consideração os números do departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que refletem o quão numerosa é a população carcerária. Segundo dados de 2013 a população carcerária brasileira era de 537.790, homens e mulheres sob custódia do estado. Deste número somente 58.750 estavam participando de alguma atividade educacional, sendo 27.468 analfabetos e 43,97 % não havia terminado o ensino fundamental completo.

Estes são dados alarmantes se pensarmos que todos esses indivíduos estão esperando cumprirem suas penas para voltarem à sociedade, mesmo que nenhum trabalho para reabilitá-los tenha sido feito. E é por este motivo que pensamos a educação para os excluídos, visando atender este público com o objetivo de através dos conteúdos direcionados a formação intelectual, a maior lição de todas seja plantada, a da ressocialização dos indivíduos.

Se fizermos novamente uma viagem histórica ao século XIX, iremos encontrar prisioneiros como tratou Perrot privados da palavra, ou seja, mesmo que um número muito pequeno fosse alfabetizado, os escritos produzidos por estes nas prisões como dramas, versos ou autobiografias,



foram destruídos não sendo possível sabermos aos olhos dos prisioneiros como estavam estabelecidas as condições carcerárias da época.

Pois a instituição opõe um segundo e temível obstáculo: ela recusa a palavra e esconde o escrito, quando não o destrói, nos obscuros arquivos que só podem ser abertos após séculos. Por fim, a vergonha social, o estigma infligido pela prisão recalcam o testemunho. Desde 1840, Frégier fala da “aversão inveterada em todas as classes da população em relação aos libertos”. Num mundo hostil, somente os grandes revoltados, ou grandes condenados, ousam falar. (Perrot, 2010, p.238)

Sem deixar de destacar que educação prisional como buscamos hoje era impensada, tendo em vista que instrução era para poucos. Entretanto mesmo passado dois séculos “as palavras” para adentrarem na prisão ainda encontrada grandes dificuldades, mesmo sendo a educação um direito assegurado a todos e principalmente uma grande ferramenta para ressocialização de detentos. Mesmo quando existem projetos sociais oferecidos por instituições como Universidades (Citaremos nossa experiência mais a frente), os próprios funcionários dos presídios dificultam a realização de práticas educativas.

Portanto voltemos aos nossos questionamentos sobre até que ponto a educação carcerária é possível de ser realizada? Como é a realidade de atividades de ensino existentes em unidades prisionais? E principalmente como os detentos percebem estas ações?

O ENSINO PELOS OS OLHOS DOS “EXCLUÍDOS”

A cidade de Campina Grande é regional e mundialmente conhecida pela realização de suas festas juninas. Além desta característica festiva esta cidade também pode ser exaltada como um polo universitário, tendo em vista a presença de dois campus universitários sendo um federal e outro estadual (UEPB e UFCG), e diversas outras faculdades espalhadas pela cidade. Entretanto para, além disto, o campinense ainda pode se orgulhar de residir em uma cidade que possui o primeiro campus universitário construído dentro de unidade prisional, o Serrotão.

A Universidade Estadual da Paraíba realiza ações sociais na unidade prisional acima citado através de projetos educativos vinculados ao Projeto de Extensão denominado pro-Enem, que oferece aulas mitradas por alunos de licenciaturas matriculados na citada instituição, tendo como um dos seus principais a formação de homens o mulheres presas para efetuação os Exames

Nacionais do Ensino Médio (ENEM), para que estes indivíduos aos cumprirem suas penas saiam com o certificado de ensino médio em mãos.

Além do ensino das diversas disciplinas tradicionais, a Universidade ainda oferece aos detentos outros projetos que visam uma formação e para ressocialização através de trabalhos como aulas de pífanos ou sessões de filmes, que contribuem para a reflexão e determinadas práticas sociais. E para respondermos alguns de nossos questionamentos utilizamos a Análise Participativa com duração de cinco meses, entre março e agosto do ano de 2016, período em que estive participando ativamente do projeto através da qual foi possível analisar como é vista a educação prisional aos olhos daqueles a que direcionadas direcionada tais ações.

Apesar do grande problema da violência no Brasil, ainda pouco se discute meios que possibilitem a ressocialização daqueles que são recolhidos da sociedade e mantidos sob custódia do Estado. Entretanto, fechar os olhos para o problema esperando que ele encontre uma solução na escuridão das selas superlotadas esta longe de diminuir este grande problema social. Na condição de membro da educação carcerária foi possível perceber aos olhos daqueles indivíduos constituidores de um sistema penitenciária feminino como é vista a educação para elas, mesmo que fundamentais objetivos como formação para vida adulta já lhes tenha passado.

É possível perceber que 100% das alunas envolvidas no projeto possuem a consciência que a educação pode melhorar uma pessoa e que esta também é responsável por possibilita o melhoramento de condições de vida. Apesar deste ser um consenso não poderíamos deixar de tocar em um dado triste, mas muito conhecido.

Também em sua totalidade não é possível encontrar ao menos uma aluna com o certificado de conclusão do ensino médio, porém mesmo estando em uma média de idade de trinta anos todas possuem mais de um filho. Entretanto apesar da maioria dos dados demonstrarem uma realidade desanimadoras a maior de todas as recompensas como colaboradora deste projeto é perceber que 100% das alunas afirmam que pretendem ao ser libertada, continuarem seus estudos na condição de libertas, e quando voltamos nossos olhos para o ensino de história, já é possível encontra entre as alunas ao menos duas determinadas ingressar no curso de história por afirmar ser uma disciplina prazerosa.

Assim voltemos aos principais questionamentos do início do nosso trabalho: A educação pode representar uma ferramenta de grande importância no processo de ressocialização de detento?



Sem dúvidas esta é a principal de todas as ações. A educação assume não só neste contexto, mas principalmente, ferramenta de libertação, não em relação a redução de pena através da participação em atividades educacionais, mas como lentes para um futuro diferente do que foi trilhado antes de ir parar atrás das grades.

CONCLUSÕES

Como sabemos os problemas brasileiros são muitos: Fome, desigualdades sociais, mal educação entre outros, que são fermentos para resultados como o tráfico de drogas e assassinatos de uma grande massa, que quando é possível ocasiona a prisão de centenas de detentos. Entretanto apontar o dedo e mostrar os problemas não irá resolvê-los sem que soluções sejam buscadas. Estas, que não podem se resumir a criar ou ampliar mais “depósitos de gente”, mas que o trabalho seja feito nas raízes dos problemas.

Uma destas raízes vão ser os sistemas carcerários e a falta de mais ações, que como as realizadas pelo projeto pro-Enem e o ensino de história como ferramenta para formação da cidadania, consiga despertar naquelas pessoas uma perspectiva de vida diferente do que até então foi vivida. Para isso esperemos que o exemplo seja seguido e os frutos multiplicados chegando a resultados maiores que passam demonstrar a população e ao sistema de governo que **“A EDUCAÇÃO REALMENTE PODE MUDAR O MUNDO”**.

REFERÊNCIAS

Parâmetros curriculares nacionais, Brasília, 1997;

Silva, Aínda Maria Monteiro. A formação cidadã no ensino médio. São Paulo: Cortez, 2012;

Lira Neto, José Batista . A didática dos cordéis para o ensino de história, Campina Grande, 2013;

Perrot, Miclelle. Os excluídos da História. São Paulo: Paz e terra, 2010.

Hermann, Nadja. Pluralidade e ética em Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/arquivos/seminario-educacao-no-sistema-prisional>